

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JHONE BRUCE LEE FERNANDES

PRINCIPAIS ELEMENTOS NAS OPÇÕES DE INVESTIMENTO FINANCEIRO
PARA A PESSOA FÍSICA

FLORIANÓPOLIS
2008

JHONE BRUCE LEE FERNANDES

PRINCIPAIS ELEMENTOS NAS OPÇÕES DE INVESTIMENTO FINANCEIRO
PARA A PESSOA FÍSICA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Fernando Rodrigues
Vicente

FLORIANÓPOLIS
2008

JHONE BRUCE LEE FERNANDES

PRINCIPAIS ELEMENTOS NAS OPÇÕES DE INVESTIMENTO FINANCEIRO
PARA A PESSOA FÍSICA

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Valdirene Gasparetto
Coordenadora de monografia

Professores que compuseram a banca:

Professor Dr. Ernesto Fernando Rodrigues Vicente
Orientador

Professor Dr. Jurandir Sell Macedo Júnior

Professor Dr. Roque Brinckmann

FLORIANÓPOLIS
2008

“O que você sabe não tem valor. O valor
está no que você faz com o que sabe.”

Bruce Lee

Dedico esta monografia a minha esposa Vânia, incentivadora e companheira ao longo desses anos e aos meus pais pela educação e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao louvado Deus, criador da sabedoria humana.

Ao professor Ernesto Fernando Rodrigues Vicente pela dedicação, orientação, paciência, críticas e sugestões que contribuíram acentuadamente para a elaboração deste trabalho.

Aos professores da UFSC pelos ensinamentos ao longo desses 5 anos.

Aos professores que compuseram a banca.

Aos colegas de classe, pelo companheirismo durante o período acadêmico.

À empresa Kredilig S.A., que além de me proporcionar uma oportunidade de trabalho, disponibilizou o tempo e incentivo necessário para um melhor desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus familiares por acreditarem nos meus objetivos, principalmente a minha mãe Sônia, pelo amor e carinho e ao meu pai Milton, pelo exemplo de perseverança.

À minha esposa Vânia, pela dedicação, amor, paciência e renúncia, pois me possibilitou maior dedicação nas horas vagas.

RESUMO

FERNANDES, Jhone Bruce Lee. **Principais Elementos nas Opções de Investimento Financeiro para a Pessoa Física**. 2008. Trabalho de Conclusão do Curso (Monografia) – Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

O presente estudo tem como objetivo apresentar os principais elementos a serem considerados, pelas pessoas físicas, nas opções de investimento financeiro. O trabalho se justifica pela importância em haver material que auxilie as pessoas entenderem o funcionamento das opções de investimento e escolherem alguma que possa proporcionar maior segurança. Quanto à metodologia, foi desenvolvido por meio de uma pesquisa exploratória, observadas as características de cada tipo de investimento, pois aborda as principais vantagens e desvantagens de cada opção. Com abordagem quantitativa, pois mensura o risco através do desvio-padrão envolvido em cada opção de investimento. Quanto ao procedimento, classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, onde se busca fazer os levantamentos necessários para a apresentação das opções de investimentos para a pessoa física. Por fim, são apresentadas reflexões sobre as opções de investimento, assim como foi realizada uma simulação com indicadores do mercado financeiro brasileiro. Além disso, foram apresentados diversos princípios de investimento, com o intuito de auxiliar o investidor a realizar investimentos com maior segurança no que tange ao conhecimento dos riscos e custos associados às opções de investimentos.

Palavras chave: Finanças pessoais; Planejamento; Investimento.

ABREVIATURAS

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS

Bolsa de Mercados & Futuro – BM&F

Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa

Certificado de Depósito Bancário – CDB

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC

Conselho Monetário Nacional – CMN

Imposto de Renda – IR

Imposto sobre Operações Financeiras – IOF

Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

Papéis de Índice Brasil Bovespa - PIBB

Taxa Referencial - TR

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: TABELA REGRESSIVA DE IOF	25
TABELA 2: TABELA PADRÃO DE CORRETAGEM.....	37
TABELA 3: TABELA COMPARATIVA DE TAXAS DOS CUSTODIANTES	41
TABELA 4: TABELA COMPARATIVA DE TAXAS DE CORRETAGEM	46
TABELA 5: TABELA COMPARATIVA DE CUSTOS EM INVESTIMENTOS	47

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: EVOLUÇÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NO IGP-M.....	42
FIGURA 2: EVOLUÇÃO DE INVESTIMENTOS COM BASE NA TAXA SELIC.....	42
FIGURA 3: EVOLUÇÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NO IPCA.....	43
FIGURA 4: EVOLUÇÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NA POUPANÇA.....	44
FIGURA 5: COMPARATIVO DE RISCO E RETORNO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA.....	44
FIGURA 6: EVOLUÇÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NO ÍNDICE IBOVESPA	48
FIGURA 7: EVOLUÇÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NO ÍNDICE IBR-X.....	48
FIGURA 8: EVOLUÇÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NO ÍNDICE IBR-X50.....	49
FIGURA 9: COMPARATIVO DE RISCO E RETORNO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA.....	49

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: RESUMO DOS ELEMENTOS AUXILIARES NA TOMADA DE DECISÃO	53
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Tema e problema de pesquisa	13
1.2 Objetivos	14
1.3 Justificativa e limitações de pesquisa.....	15
1.4 Metodologia.....	16
1.5 Organização da pesquisa.....	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1 Mercado Financeiro.....	18
2.2 Planejamento Financeiro.....	19
2.3 Investimento.....	19
2.4 Principais opções de investimento	21
3 ELEMENTOS NAS OPÇÕES DE INVESTIMENTO.....	39
3.1 Reflexões antes de investir	39
3.2 Simulação de investimentos.....	40
3.2.1 Investimentos de renda fixa.....	40
3.2.2 Investimentos de renda variável.....	45
3.3 Princípios básicos de investimentos.....	50
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, inicialmente, são apresentados o tema e o problema. Em seguida, os objetivos, a justificativa, as limitações e a metodologia. E finalmente, a organização da pesquisa.

1.1 Tema e problema de pesquisa

Em um ambiente de incertezas com relação ao futuro, surge o seguinte problema. Consumir no presente ou deixar para consumir no futuro?

Poupar é não utilizar parte da renda, de forma a direcionar esses recursos para outros objetivos. É, portanto, considerado um ato de abstenção. Porém, como questiona Fonseca (2005), até que ponto vale a pena sacrificar o presente em prol de uma recompensa futura?

Macedo JR. (2007, p. 25) questiona se “devemos ser previdentes e suportar as agruras de sofrer por antecipação ou devemos nos encher de esperança e acreditar que, no futuro, tudo se resolverá?”. Essas são dúvidas que se mantêm constantemente.

Investir é o ato de aplicar os recursos que foram poupados, de forma a obter uma gratificação, pelo fato de não utilizar esses recursos no momento. Pode-se investir para se prevenir de eventuais emergências, adquirir um automóvel, o tão sonhado imóvel, para a educação de seus filhos, realizar uma viagem, alcançar –a independência financeira ou até mesmo para a aposentadoria, dentre outros objetivos.

Com isso, o planejamento das finanças pessoais tornou-se essencial na vida das pessoas, pois traz a cada indivíduo a condição necessária para poder minimizar as incertezas ao longo da vida. “Planejar possibilita que você assuma as rédeas de sua vida e guie-a para o caminho que mais o agrada”, cita (MACEDO JR. 2007, p. 26).

Com o advento da internet, as informações são transmitidas quase que instantaneamente, o que proporciona ao investidor a chance de poder aplicar sem muitos segredos, haja vista que a informação está acessível a todos.

Para os que se preocupam com a aposentadoria, em função do aumento da expectativa de vida da população, há uma tendência de novas reformas previdenciárias, o que provavelmente acarretará na elevação da idade mínima de aposentadoria e também do tempo de contribuição necessário. Isso faz com que as pessoas tenham que trabalhar ainda mais para não perder o poder aquisitivo com a aposentadoria.

Segundo o IPEA (2004), nos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso houve duas reformas previdenciárias e no governo Lula mais uma. Além disso, cita que provavelmente o regime de previdência não escapará de novas reformas. A previdência privada surgiu como forma de complementar a renda das pessoas que almejam receber valores superiores aos recebidos da previdência social.

Além da previdência privada, há outras opções de investimento, como poupança, certificado de depósito bancário – CDB, tesouro direto, mercado de ações, fundos de investimento, entre outros. Todos com os seus riscos e rendimentos associados.

Holanda (1977, p. 259) define investimento como “qualquer aplicação de recursos de capital, com vistas a obter um fluxo de benefícios ao longo de um determinado período futuro”.

Diante do tema proposto, surge o seguinte questionamento: Quais os elementos a serem analisados nas opções de investimento financeiro para a pessoa física?

1.2 Objetivos

Este trabalho tem como objetivo geral identificar os principais elementos a serem analisados nas opções de investimento financeiro para a pessoa física.

Para suprir as necessidades da pesquisa, o objetivo geral foi subdividido em objetivos específicos, tais como:

- Apresentar as principais opções de investimento financeiro para a pessoa física;

- Simular a evolução dos principais indicadores do mercado financeiro brasileiro;
- Delinear um conjunto de princípios para auxiliar nas opções de investimentos da pessoa física.

1.3 Justificativa e limitações de pesquisa

Tendo em vista a dificuldade das pessoas entenderem o funcionamento das opções de investimento e escolherem alguma que possa proporcionar maior segurança no que tange ao conhecimento dos riscos e custos associados às opções de investimentos, torna-se importante conhecer as características das principais opções de investimentos disponíveis ao investidor. Além da preocupação com o seu futuro financeiro, em manter o padrão de vida ao longo dos anos.

Os trabalhos até então apresentados se referem apenas ao funcionamento de uma das opções de investimentos, em sua maioria com relação à previdência privada. Porém não abordam a construção de uma carteira de investimentos, tanto com títulos de renda fixa e variável.

Baima (1998) analisou o desempenho dos investimentos dos fundos de pensão no Brasil, Debastiani (2004) comparou os recursos do FGTS em fundos mútuos de privatização com outras modalidades de aplicações disponíveis no Brasil, Evangelista (2006) desenvolveu um estudo comparativo de análise de investimentos em projetos entre o método VPL e o de opções reais: o caso da cooperativa de crédito – SICREDI Noroeste, Wildner (2007) elaborou um guia de investimentos em renda fixa para micros e pequenas empresas.

Importa salientar que este estudo visa proporcionar maior segurança ao poupador que deseja investir suas sobras de dinheiro.

Esta pesquisa limita-se ao uso por parte das pessoas que, em algum momento, consumiu ou pretende consumir um valor inferior a sua renda e dessa forma possam investir as sobras de dinheiro.

Além disso, não foram abordadas as opções de investimentos em imóveis e negócios próprios, somente com relação ao investimento no mercado financeiro.

1.4 Metodologia

A pesquisa acadêmica tem por objetivo a contribuição para a sociedade, através da busca por maiores conhecimentos. Porém, torna-se necessária a adoção de uma metodologia científica. Segundo Evangelista (2006, p.17), “A metodologia científica, em sua essência, tem por finalidade estudar os métodos que identificam os caminhos percorridos para alcançar os objetivos propostos pelo plano de pesquisa”. Na definição da ABNT (P-TB-49/6) “monografia é um trabalho que apresenta a descrição exaustiva de determinada matéria abordando aspectos científicos históricos, técnicos, econômicos, artísticos, etc”.

Para tanto, esta pesquisa se classifica, quanto aos objetivos, como uma pesquisa exploratória. Segundo Gil (2002, p.41), “a pesquisa exploratória tem como objetivo propiciar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

No que tange a abordagem do problema, classifica-se como quantitativa, pois se trata dos riscos de cada opção, mensurado através do desvio padrão apresentado, sendo uma medida objetiva. Para Richardson (1999, p.70), a abordagem quantitativa:

Caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Com relação ao procedimento, classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, pois buscou-se fazer os levantamentos necessários para a apresentação das opções de investimentos para a pessoa física. Para Gil (1999), o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica é realizado através de material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos.

No presente estudo, foram consultados livros, monografias e material disponível na internet, com o intuito de reunir o conhecimento necessário para a construção de um instrumento que proporcione maior segurança na tomada de decisão por parte dos investidores.

1.5 Organização da pesquisa

A pesquisa está estruturada em tópicos, visando proporcionar coerência e ordenamento das idéias.

O primeiro capítulo visa contextualizar o assunto abordado, onde apresenta o tema e o problema de pesquisa. Em seguida são apresentados os objetivos, os motivos de realização e as limitações do estudo.

O segundo capítulo se destina a apresentar o referencial teórico por meio de revisão bibliográfica das questões relacionadas a investimentos e as opções disponíveis no Brasil.

O terceiro capítulo apresentará os elementos que auxiliam nas opções de investimento, uma simulação para a demonstração do comportamento histórico, tanto de retorno quanto de volatilidade das principais fontes de investimento. Além disso, abordará perguntas para definir os objetivos e princípios básicos de investimento.

Por fim, no quarto capítulo, visa realizar uma conclusão acerca da pesquisa, além de propor mais estudos sobre o tema de investimentos para a pessoa física.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são apresentados a fundamentação teórica necessária para o devido desenvolvimento e entendimento do estudo científico.

2.1 Mercado Financeiro

O mercado financeiro é o local onde são negociados os produtos e serviços financeiros. Os que possuem disponibilidade financeira emprestam seu dinheiro para os que não possuem essa disponibilidade, cobrando um determinado valor.

“O sistema financeiro é composto por um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas, e seu órgão normativo máximo, o Conselho Monetário Nacional”. (ASSAF NETO, 2003, p.74)

Quanto ao Conselho Monetário Nacional - CMN, o Ministério da Fazenda (2007) define que:

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional. Ao CMN compete: estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial.

Segundo Assaf Neto (2003), as instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional, devem permitir, dentro das melhores condições possíveis, a realização dos fluxos dos fundos entre os tomadores e poupadores de recursos na economia.

“O mercado financeiro pode ser considerado como um elemento dinâmico no processo de crescimento econômico, uma vez que permite a elevação das taxas de poupança e investimento.” (FORTUNA, 1999, p.12).

Com o advento da tecnologia e a globalização, os mercados financeiros passaram a ser mais integrados, pois como afirma Minc (1999, p.15) “Agora, a poupança vai aonde quiser, ao sabor das rentabilidades diferenciais e dos regimes fiscais”. Permite assim uma dinâmica bastante acentuada, pois dá aos investidores a

possibilidade de movimentar seu capital através do uso do computador, conforme cita Giddens (2002).

2.2 Planejamento Financeiro

O planejamento visa identificar o que virá no futuro, mostra as oportunidades e dificuldades que possam surgir. Pode assim, traçar estratégias para se favorecer dessas variáveis.

Para Gitman (2002), há dois itens chave no planejamento financeiro, tais como: planejamento de caixa e planejamento de lucros. Sendo planejamento do orçamento de caixa e o de lucros geralmente realizado através de demonstrativos financeiros projetados.

Gitman (2002) citou isso se referindo às empresas, porém torna-se igualmente aplicável às finanças pessoais, substituindo os lucros por receitas realizadas.

Além disso, outro item muito importante no planejamento financeiro é a extensão de receitas e despesas no tempo, onde são realizadas projeções financeiras. Onde é possível desenvolver um bom planejamento financeiro com uma estimativa financeira mais aproximada.

Como afirmam Martins e Assaf Neto (1986, p.535), “as decisões financeiras, como as de investimentos e financiamento a serem implantadas no futuro são mais eficientemente formuladas quando se está de posse de uma visão prospectiva das finanças”.

2.3 Investimento

Quanto ao investimento, são apresentados o conceito, o retorno de investimento e os riscos.

- Conceito

No entender de Holanda (1977, p.259), investimento é “qualquer aplicação de recursos de capital, com vistas a obter um fluxo de benefícios ao longo de um determinado período futuro”.

Iudícibus, Marion e Pereira (2003, p.132) definem investimento como “o ato de aplicar determinado capital para que gere resultado”.

Investimento, portanto, é a aplicação de capital, que poderia ser consumido hoje, com o objetivo a gerar benefícios no futuro.

Os autores destacam que existem diferentes tipos de investimentos. O investimento patrimonial, que abrange a aplicação de recursos patrimoniais, visa à obtenção de lucro. Há também o investimento temporário, que compreende aplicações realizadas no mercado financeiro, caracterizados por aplicação de disponibilidades financeiras. Pode ser tanto de curto quanto de longo prazo.

Com relação ao prazo do investimento, Halfeld (2005) cita que um investimento de até dez anos é considerado de curto prazo, entre dez e vinte anos, como de médio prazo e um investimento superior a vinte anos como de longo prazo.

Macedo Jr. (2007) define um investimento de até um ano como sendo de curto prazo, entre um ano até cinco anos como de médio prazo e um investimento com prazo superior a cinco anos como de longo prazo.

Portanto, um investimento adequado é aquele que esteja de acordo com os objetivos e disponibilidades do investidor.

- Retorno de Investimento

A avaliação de investimentos consiste em verificar qual o resultado final, ou esperado, de um investimento.

Bruni (2005, p. 242) define como sendo “o ganho efetivamente registrado com o investimento”. Este terá seu grau de acordo com cada opção de investimento, geralmente associado ao risco envolvido. O retorno do investimento está sob incerteza contínua, como ressalta EVANGELISTA (2006).

- Risco de Investimento

O risco pode fazer com que as pessoas deixem de investir as suas sobras de recursos financeiros, pelo fato de não conseguirem prever o futuro.

Segundo Sanvicente (1977, p.64), “A incerteza e o risco decorrem, em grande parte, da impossibilidade de prever o futuro com absoluta segurança”. Gitman (2002, p.202) resume: “O risco, em seu sentido fundamental, é definido como a possibilidade de um prejuízo financeiro”. Já Macedo Jr. (2007, p. 176) define que “risco em finanças não é a possibilidade de algo dar errado, mas a variação ou volatilidade dos possíveis resultados de uma aplicação”.

Para Bernstein (1997), o risco e o tempo estão diretamente relacionados, pois a medida do risco é estabelecida pela natureza do horizonte de tempo.

Evangelista (2006, p.46), cita que:

Os investidores são pessoas que possuem condições de conviver com os riscos e as incertezas, tendo como objetivo principal a aplicação de recursos de capital na expectativa de obter retornos favoráveis num horizonte de tempo pré-determinado. Os riscos para os investidores normalmente representam perdas dentro de patamares aceitáveis no ambiente dos negócios. Pode ocorrer que na elaboração da ponderação dos riscos haja variações entre um projeto e outro, em função da quantidade e qualidade das informações obtidas.

Bruni (2005) cita o desvio-padrão como sendo, geralmente, a medida de risco mais empregada. Pois com o desvio-padrão é possível calcular a dispersão em torno da média de um determinado investimento.

Quanto maior o risco, maior tende a ser o retorno sobre o investimento. Portanto, caberá ao investidor financeiro definir qual o nível de risco irá se submeter.

2.4 Principais opções de investimento

Dentre as opções de investimentos disponíveis no mercado financeiro brasileiro, destacam-se os fundos de investimento, os clubes de investimento, fundos de previdência privada, poupança, o certificado de depósito bancário, os títulos do tesouro direto, as ações e derivativos.

- Fundos de Investimento

Os fundos de investimento consistem em uma forma de aplicação financeira coletiva na qual o investidor compra cotas de um determinado fundo e deixa a administração dos recursos aplicados sob a responsabilidade de terceiros. É regulada pela Instrução CVM nº. 409, de 18 de agosto de 2004 e, posteriormente, alterada pela Instrução CVM nº. 411 (2004) “que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento”.

Para Bruni (2005, p.294), “Um fundo de investimento consiste em uma alternativa para aplicação de recursos que reúne vários aplicadores, com diferentes perfis, formando uma espécie de condomínio”. Segundo Macedo Jr. (2007, p. 89), “São condomínios que reúnem recursos de um conjunto de investidores, com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir da compra de uma carteira de títulos ou valores mobiliários”.

Bruni (2005), CVM (2008) e Anbid (2008) destacam que as principais vantagens de aplicação em um fundo de investimento são:

- Administração dos recursos realizada por um profissional, uma vez que são administradas por corretoras ou instituições devidamente autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- Diversificação dos investimentos, onde possibilita a aquisição de uma carteira diversificada de investimentos, o que reduz os riscos;
- Facilidade de acesso a investimentos que necessitam de maiores recursos financeiros, que geralmente rendem maiores retornos, pode o investidor com uma pequena quantia ter a mesma oportunidade que um grande investidor;
- Permite a diluição dos custos de investimento, uma vez que terá vários investidores;
- Liquidez, pois alguns fundos permitem que sejam efetuados saques diariamente, fornece tranquilidade numa necessidade de caixa imediato.

Por outro lado, para que o investimento seja administrado por terceiros, há gastos que devem ser incorridos, seja para a administração do fundo, para a recompensa do desempenho, para a entrada ou saída do fundo, como destaca Bruni (2005):

- Taxa de administração: é a remuneração do gestor do fundo, cobrado para pagar pelos serviços;
- Taxa de desempenho: quando cobrado, consiste em remunerar o gestor caso obtenha um índice superior ao indexador preestabelecido;
- Taxas de ingresso e taxas de saída: são taxas cobradas quando da aquisição de cotas do fundo ou quando da saída do fundo. São pouco utilizadas no mercado Brasileiro.

Macedo Jr. (2007) evidencia algumas desvantagens ao aderir a um fundo de investimento. Primeiramente com relação às taxas de administração, que geralmente são altas, o que torna o investimento não muito atrativo. Com relação às taxas de desempenho ele cita que das instituições que cobram essa taxa quando superam o objetivo, mas não a devolvem quando ficam aquém. Outra ressalva é que o investidor deve saber, exatamente, em que tipo de aplicação o administrador do fundo pode investir, sejam em ações, títulos públicos e outros.

Para isso, recomenda sempre ler o prospecto do fundo antes de investir, de modo a não se equivocar com uma fonte isolada de informação.

Classificação dos Fundos, segundo a CVM (2008):

- Fundo de Curto Prazo: caracteriza-se pela aplicação de recursos em títulos públicos federais pré-fixados ou indexados à taxa CDI/Selic ou outras taxas de juros, com prazo máximo de 375 dias e prazo médio inferior a 60 (sessenta) dias. Poderá ocorrer a utilização de derivativos somente para proteção da carteira e realização de operações compromissadas lastreadas em títulos públicos. Trata-se de um tipo de fundo conservador, uma vez que se baseia em taxas com pouca volatilidade;

- Fundo referenciado: apresenta um indicador de desempenho como referência dos investimentos, onde pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) da carteira composta por ativos financeiros que acompanham o seu indicador de desempenho. Além disso, são compostos por pelo menos 80% (oitenta por cento) do seu patrimônio líquido investidos em títulos do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e títulos de renda fixa. Pode-se utilizar de derivativos para proteger a carteira;
- Fundo de renda fixa: possui, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da carteira investidos em títulos de renda fixa, seja pré-fixada ou pós-fixada;
- Fundo de Ações: apresenta, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) da carteira investida em ações, tem seu risco atrelado a variação dos preços das ações. Bastante indicado para um investimento em longo prazo;
- Fundo cambial: possuem, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da carteira investidos em ativos relacionados à variação de uma moeda estrangeira, geralmente o dólar;
- Fundo de dívida externa: composto por, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos seus ativos investidos em títulos da dívida externa e 20% (vinte por cento);
- Fundo multimercado: caracteriza-se pela liberdade de escolha da carteira, podem investir em qualquer das opções acima citadas. O desempenho do fundo depende do administrador do fundo.

Referente ao imposto de renda, para os fundos de curto prazo segue as regras abaixo:

- Até 6 meses: 22,5%;
- Acima de 6 meses: 20%.

Para os fundos de investimento em renda fixa de longo prazo:

- Até 6 meses: 22,5%;
- De 6 a 12 meses: 20%;
- De 12 a 24 meses: 17,5%;
- Acima de 24 meses: 15%.

Para os fundos de investimento em ações:

- Alíquota fixada em 15%.

Com relação ao IOF, este pode ser evitado caso o investidor mantenha a aplicação por, pelo menos, 30 (trinta) dias. Caso contrário incidirá conforme a tabela abaixo:

Tabela 1: Tabela regressiva de IOF

Dias	% IOF	Dias	% IOF	Dias	% IOF
1	96%	11	63%	21	30%
2	93%	12	60%	22	26%
3	90%	13	56%	23	23%
4	86%	14	53%	24	20%
5	83%	15	50%	25	16%
6	80%	16	46%	26	13%
7	76%	17	43%	27	10%
8	73%	18	40%	28	6%
9	70%	19	36%	29	3%
10	66%	20	33%	30	0%

Fonte: Adaptado de Bruni (2005)

- Clubes de Investimento

Assim como os fundos de investimento, os clubes de investimento consistem em uma forma de aplicação financeira coletiva. Porém, de pessoas que possuem alguma afinidade, seja um grupo de amigos, pessoas do mesmo ramo de atividade, que trabalham na mesma empresa, por exemplo. É regulada pela Instrução CVM nº. 40, de 7 de novembro de 1984 e, posteriormente, alterada pela

Instrução CVM nº. 224, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a constituição de funcionamento de Clubes de Investimento.

Para Bruni (2005, p.327)

Clubes de investimento representam condomínio constituído por pessoas físicas com o objetivo de dinamizar os investimentos em ação, constituindo carteira diversificada de títulos e valores mobiliários, pela aplicação de recursos financeiros próprios.

Macedo Jr. (2007, p.103), define como sendo “uma aplicação financeira criada por um grupo de pessoas que desejam investir seu dinheiro em ações. Essas pessoas costumam ter alguma afinidade”.

Dentre as principais vantagens, Macedo Jr. (2007) destaca:

- Os membros do clube, caso queiram, têm influência na gestão da carteira;
- É um investimento acessível a qualquer pessoa, mesmo que não possua alta quantia de recursos;
- A carteira pode ser ajustada ao perfil dos membros, é mais flexível;
- A taxa de administração e os custos são, geralmente, mais baixos, pois a estrutura é mais simples e não há custos com auditoria e fiscalização da CVM;
- A principal vantagem é o aprendizado que pode gerar.

O número mínimo de membros é de 3 (três) pessoas e o máximo de 150 (cento e cinquenta) pessoas, salvo se o clube for composto por membros que trabalhem na mesma empresa. Outra característica dos clubes de investimento é a da obrigação de ser constituída por, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) em ações.

Com relação à tributação, para os clubes de investimento com um percentual menor do que 67% (sessenta e sete por cento) compostas por ações, aplicam-se a mesma tributação dos fundos de investimento em renda fixa:

- Até 6 meses: 22,5%;
- De 6 a 12 meses: 20%;
- De 12 a 24 meses: 17,5%;
- Acima de 24 meses: 15%.

Para os clubes de investimento cuja carteira é composta por, pelo menos, 67% (sessenta e sete por cento) em ações, o imposto de renda fica reduzido a 15% (quinze por cento).

O IOF segue a mesma regra que os fundos de investimento, ou seja, fica isento para aplicações de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

- Previdência Privada

Os fundos de previdência nada mais são do que fundos de investimentos, pois aplicam os recursos em renda fixa e renda variável. Porém, voltados à obtenção de recursos que visam à aposentadoria. Para Macedo Jr. (2007, p. 96) “os fundos de previdência são um tipo de fundo de investimento, com a diferença de que seus recursos destinam-se especificamente à acumulação de renda para a aposentadoria”.

A previdência complementar é regulamentada pela Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar e dá outras providências.

Os fundos de previdência privada podem ser fechados ou abertos. Os fechados são restritos a funcionários de uma empresa ou grupo de empresas, na qual essas empresas participam como patrocinadoras do fundo, onde contribuem com uma parte para o empregado.

Já os fundos abertos podem ser comprados por qualquer pessoa, assim como qualquer outro fundo de investimento.

Alguns fundos cobram taxas que podem significar mais de 30% da poupança acumulada em mais de 20 anos pelo investidor como destaca (MACEDO JR., 2007).

Dentre os principais tipos de fundos de previdência, destacam-se o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), em

função do constante aumento da expectativa de vida do brasileiro, pois não oferecem uma renda vitalícia.

Com o PGBL, não é necessária a realização de contribuições mensais e o valor da contribuição pode ser deduzido da base de cálculo do imposto de renda em até 12% (doze por cento) da renda bruta. Além disso, o contribuinte tem a vantagem na hora de fazer a declaração de ajuste anual do imposto de renda, pois também pode deduzir valor da contribuição.

O VGBL é indicado para pessoas que não tem imposto de renda retido na fonte ou declaram o imposto de renda pelo formulário simplificado. Com o VGBL, o poupador perde na Declaração do Imposto de Renda, mas por outro lado, ganha no momento do resgate final do plano, quando o poupador é tributado apenas sobre o ganho de capital, já com o PGBL, a tributação ocorre sobre o valor total resgatado.

Portanto, só vale a pena investir no VGBL se o objetivo é de deixar o dinheiro aplicado no longo prazo e para quem utiliza o formulário simplificado da Declaração do Imposto de Renda.

De acordo com Macedo Jr. (2007, p.100), somente é vantajosa a aplicação nos fundos de previdência nos seguintes casos:

- * Para quem declara no formulário completo do imposto de renda;
- * Para aqueles que a empresa contribua com uma parte das contribuições;
- * Para quem é desorganizado e não possui disciplina para investir sozinho.

- Títulos de Renda Fixa

Aplicações em renda fixa correspondem a investimentos na qual se sabe, antecipadamente, o rendimento que será realizado, pois é atrelado a um determinado índice, chamados de pó-fixado ou a uma taxa já determinada antecipadamente, chamados de pré-fixada.

A seguir, serão apresentadas algumas das opções de investimento em renda fixa:

Caderneta de poupança

Uma opção ainda muito utilizada pelos poupadores no Brasil, classificada como a forma mais conservadora de investimento, pois rende 0,5% (meio por cento) mais a taxa referencial – TR ao mês. Segundo Macedo Jr. (2007, p.112) “é a aplicação mais procurada pelo pequeno investidor”. Tudo porque serviu para os poupadores se protegerem da inflação.

Os recursos captados da poupança são utilizados no financiamento habitacional, seja para aquisição, construção ou reforma do imóvel.

Certificado de Depósito Bancário – CDB

São títulos emitidos pelos bancos, de forma a captar recursos que geralmente são utilizados para concessão de empréstimos a outras pessoas. O Bradesco (2008) define como “títulos representativos de depósitos a prazos fixos emitidos por bancos comerciais, bancos de investimento e bancos de desenvolvimento”. “Comprar o CDB é como se você estivesse emprestando dinheiro ao banco” como cita (MACEDO JR., 2007, p.129).

O CDB pode ser pré-fixado, pós-fixado ou ainda swap.

- CDB pré-fixado: o investidor sabe exatamente a quantia que receberá, pois já haverá uma taxa definida, indicado para quem acredita que a taxa de juros da economia irá cair.
- CDB pós-fixado: o investidor não sabe exatamente o valor que irá receber, porém sabe de antemão qual o índice que está atrelado o investimento.
- CDB swap: são negociados tanto na forma pré-fixada como pós-fixada. Porém Macedo Jr. (2007) destaca que os bancos geralmente aceitam aplicações de, pelo menos, R\$100.000,00 (cem mil reais), o que torna o investimento um tanto alto.

A tributação incidente sobre essa modalidade de investimento ocorre da seguinte maneira:

Para o imposto de renda:

- Até 6 meses: 22,5%;
- De 6 a 12 meses: 20%;
- De 12 a 24 meses: 17,5%;
- Acima de 24 meses: 15%.

Com relação ao IOF, segue a mesma tabela progressiva, fica o investidor isento se aplicar os recursos por, pelo menos, 30 (trinta) dias.

Tesouro Direto

São títulos destinados ao financiamento da dívida pública, o investidor empresta dinheiro ao governo federal. O Tesouro Nacional (2008) cita que além do financiamento da dívida pública, esses recursos servem para a saúde, educação e infra-estrutura.

Macedo Jr. (2007, p. 114) destaca que “o governo passa a ser seu devedor e se compromete a pagar o empréstimo mais os juros decorrentes dele na chamada data de vencimento ou resgate do título”.

Dentre as principais vantagens desta modalidade de investimento, Macedo Jr. (2007) destaca:

- Baixo custo de aquisição: com pouco menos de R\$ 200,00 (duzentos reais), qualquer pessoa pode adquirir uma fração de um título do tesouro direto;
- Liquidez do investimento: pode ser vendido todas as semanas entre as 9h (nove horas) de quarta-feira e 5h (cinco horas) de quinta-feira pelo preço de mercado;
- Rentabilidade: rendimentos superiores aos demais produtos do mercado;
- Segurança: investimento 100% (cem por cento) garantido pelo governo federal;
- Diversificação: opções de títulos tanto pré-fixados como pós-fixados, com vencimentos de curto, médio e longo prazo;

- Custo: taxas de administração e custódia reduzidas;
- Acessibilidade: fácil acesso via internet.

Para investir no tesouro direto basta residir no Brasil, possuir cadastro de pessoa física – CPF e conta corrente.

Até o dia 14/03/2008, há 26 (vinte e seis) opções de títulos disponíveis para aplicação. Que estão destacados na seguinte classificação:

- Pré-fixados:

- Letras do Tesouro Nacional - LTN: são títulos que tem o valor final de R\$ 1.000,00 (um mil reais), ou seja, o governo pagará esse valor na data do vencimento;

- Notas do Tesouro Nacional – série F – NTN-F: também possuem um valor final de R\$ 1.000,00 (um mil reais). A diferença é que esse título paga juros de 10% (dez por cento) ao ano, semestralmente. Mesmo assim podem ser vendido com o preço menor ou maior.

- Pós-fixado:

- Letras Financeiras do Tesouro - LFT: rendimento indexado à taxa Selic, isso torna uma opção satisfatória para quem não quer correr maiores riscos, pois está é um índice que regula a economia nacional;

- Notas do Tesouro Nacional – série B – NTN-B: o rendimento é indexado à variação do IPCA, além dos juros definidos no momento da aquisição do título. Os juros são pagos semestralmente e o principal pago no vencimento;

- Notas do Tesouro Nacional – série B – NTN-B principal: também possui os rendimentos atrelados ao IPCA, porém os juros são pagos juntamente com o principal no vencimento do título;

- Notas do Tesouro Nacional – série C – NTN-C: possui os rendimentos indexados ao índice IGP-M, além dos juros definidos no momento da aquisição do título. Os juros são pagos semestralmente e o principal pago no vencimento.

Com relação aos custos operacionais, os títulos do tesouro direto apresentam:

- Taxa de custódia da CBLC: refere-se a guarda dos títulos, que corresponde 0,4% ao ano, sobre o valor dos títulos;
- Taxa de custódia: taxa livremente negociada entre o investidor e o agente de custódia, que parte da isenção até valores abusivos, onde pode reduzir, e muito, os rendimentos da aplicação.

Além disso, os títulos do tesouro direto também incidem imposto de renda e IOF, que seguem a mesma regra que os fundos de investimento, podem variar de 15% (quinze por cento) a 22,5% (vinte e dois e meio por cento) para o imposto de renda e de isenção a 96% (noventa e seis por cento) para o IOF.

Macedo Jr. (2007) apresenta o tesouro direto como uma alternativa vantajosa de investimento em renda fixa.

- Títulos de Renda Variável

São aplicações de recursos onde o investidor somente saberá o rendimento no futuro. Bruni (2005, p.346) cita que nessa modalidade de aplicação, “os fluxos de caixa e o prazo da operação tornam-se conhecidos apenas no final da operação”.

No Brasil, a Bovespa é a única Bolsa de Valores e é o maior centro de negociação de ações da América Latina. Em 28 de agosto de 2007, deixou de ser uma instituição sem fins lucrativos.

Segundo o CVM (2008) “A principal função de uma bolsa de valores é proporcionar um ambiente transparente e líquido, adequado à realização de negócios com valores mobiliários”.

Para comprar ações é necessária a intermediação de uma corretora, deve esta estar devidamente autorizada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Bruni (2005, p.350) define a corretora como “uma instituição auxiliar do sistema financeiro, que opera no mercado de capitais com títulos e valores mobiliários, em especial no mercado de ações”. A Bovespa (2008) destaca que “as corretoras podem ajudar você a escolher as melhores opções de investimentos, de acordo com o seu perfil, já que elas contam com profissionais especializados”.

Outra instituição importante para o funcionamento do mercado de ações brasileiro é a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, que segundo o Anbid (2008):

É uma sociedade anônima que tem por objetivo registrar, controlar, compensar e garantir, por meio dos agentes de compensação, as operações nos mercados à vista, a termo, de opções e assemelhadas com títulos de renda variável e de renda fixa de emissores privados na BM&FBOVESPA.

A CBLC garante a liquidação de um agente de compensação em relação aos demais agentes, além de atribuir limites operacionais.

Ações

Segundo Bruni (2005, p. 348) ações “são títulos nominativos negociáveis, que representam para quem as possui, uma fração do capital social de uma empresa”. Para Macedo Jr. (2007, p. 140) “é um pedaço de uma empresa”.

Existem no mercado financeiro, basicamente, dois tipos de ações:

- Ordinárias: são ações que concedem direito ao poder de voto nas assembleias gerais, pode decidir ativamente sobre o futuro da entidade. No mercado de ações são denominadas com as siglas ON;
- Preferenciais: são ações que tem prioridade no recebimento dos dividendos destinados aos acionistas, porém não concedem o direito a voto nas assembleias.

Os preços das ações são formados pela relação entre oferta e demanda das ações, realizado em pregão na Bolsa de Valores. Atualmente é realizado o pregão eletrônico, onde as corretoras e os investidores negociam as ações através de um sistema on-line. O avanço de novas tecnologias tornou a aplicação em ações mais popular.

Basicamente, quem busca a alternativa de aplicar seus recursos no mercado de ações tem duas formas de obter lucro:

- Dividendos: parte do lucro que são distribuídos aos acionistas. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, as empresas devem distribuir, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido aos seus acionistas;
- Valorização do preço das ações: venda das ações por um preço superior ao valor de compra.

Há investidores que se preocupam mais em receber os dividendos distribuídos. Já para os que buscam principalmente a valorização das ações, utilizam geralmente duas formas de avaliar as ações, a análise fundamentalista e a análise gráfica:

- **Análise Fundamentalista:** baseia-se nos fatores macroeconômico e econômico-financeiro das empresas, como cita (MACEDO JR., 2007). Para Bruni (2005, p. 371) “é a análise de mercados baseada em uma perspectiva de investimento de longo prazo, em que o valor do investimento depende, substancialmente, da sua capacidade de gerar fluxos de caixa futuros”.

Esse tipo de análise procura determinar o preço justo de uma ação. Avalia, portanto, além de questões macroeconômicas, indicadores de mercado e indicadores financeiros das empresas.

Assim, quando o valor intrínseco de uma ação, ou seja, valor justo de uma ação for superior ao valor de mercado, indica uma posição de compra da ação. Já se o valor intrínseco da ação estiver abaixo do preço de mercado, indica uma posição de venda da ação.

Para se evitar distorções, a análise fundamentalista procura não se basear em um único indicador, pois há muitos fatores que podem distorcer um indicador. Para isso, é utilizado o máximo de informações acerca dos demonstrativos

financeiros das empresas, além de indicadores de todo o mercado global, uma vez que as crises que afetam os países desenvolvidos acabam afetando o restante do mercado mundial.

- **Análise Técnica:** também denominada de análise gráfica, não se preocupa com os fundamentos da empresa, nem tampouco com os fatores macroeconômicos. A análise técnica estuda o comportamento dos preços de uma determinada ação, ou seja, trabalha com tendências de preços. Bruni (2005, p. 377) cita que a análise gráfica “se preocupa em definir o valor em um horizonte de curto prazo”.

Macedo Jr. (2007, p. 66) destaca que “os investidores que seguem a análise gráfica costumam buscar informações e monitorar os retornos de seus investimentos continuamente, o que leva a constantes mudanças na carteira de investimentos”. Além disso, alerta que essa prática resulta em muito lucro para as corretoras.

De fato, tanto a análise fundamentalista quanto a análise gráfica apresentam vantagens e desvantagens, pois isso dependerá do objetivo de cada investidor. É importante ressaltar que essas análises podem ser trabalhadas em conjunto, o que serve de complementação e auxilia numa maior comprovação da análise realizada. Uma característica comum entre as análises é que todas buscam uma rentabilidade acima do mercado, ou seja, acima dos principais índices do mercado de ações.

Dentre os principais indicadores do mercado de ações, a Bovespa (2008) destaca:

- Índice Ibovespa: considerado o indicador mais importante do mercado de ações, pois analisa o comportamento médio do mercado. Segundo o Bovespa (2008), o índice corresponde a mais de 80% (oitenta por cento) de negócios na Bolsa de Valores;
- Índice Brasil - IBrX: mede o retorno médio de uma carteira composta por 100 (cem) ações mais negociadas da Bovespa. Além de estarem

entre as 100 mais negociadas, devem ter sido negociadas pelo menos 70% (setenta por cento) dos pregões nos últimos 12 meses;

- Índice Brasil 50 – IBrX 50: índice que calcula a média de uma carteira composta por 50 (cinquenta) ações mais negociadas da Bovespa. Utilizam os mesmo critérios do IBrX, porém com uma média mais restrita;
- Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE: índice criado pela Bovespa, juntamente com outras instituições, procura medir as empresas de acordo com responsabilidade social;
- Índice Setorial de Telecomunicações – ITEL: composto pela média das ações do setor de telecomunicações;
- Índice Setorial de Energia Elétrica – IEE: composto pela média das ações do setor de energia elétrica, com o objetivo de medir o desempenho deste setor;
- Índice Valor Bovespa – IVBX-2: chamado de índice de 2ª linha da Bovespa. Mede o retorno médio das 50 (cinquenta) ações mais líquidas da Bovespa, a partir da 11ª colocação;
- Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – IGC: tem o objetivo de medir o desempenho de uma carteira formada por ações de empresas que possuem um bom nível de governança corporativa;

Com relação aos custos de operação de investimento em ações, tem-se:

- Corretagem: correspondem aos valores cobrados pelas sociedades corretoras do mercado de ações, pois é a única fonte de remuneração na transação de compra e venda de ações. Não há um valor fixado para a corretagem, mesmo

assim muitas corretoras utilizam uma tabela padrão que era utilizada para a cobrança de corretagem.

Tabela 2: Tabela padrão de corretagem

Valor negociado	Taxa de corretagem	Custo fixo
Até 135,06	0,0%	2,70
De 135,07 até 498,62	2,0%	0,00
De 498,63 até 1.514,69	1,5%	2,49
De 1.514,70 até 3.026,38	1,0%	10,06
Acima de 3026,38	0,5%	25,21

Fonte: Adaptado de Bruni (2005)

Ainda assim há corretoras que cobram um valor fixo de corretagem ou com planos específicos de corretagem, onde oferecem descontos aos seus clientes;

- Emolumentos: trata-se da remuneração dos serviços prestados pela bolsa de valores. Na Bolsa de Valores de São Paulo a taxa é de 0,035% sobre o valor das operações do dia;
- Custódia: consiste no valor cobrado pela guarda das ações por parte da bolsa de valores e pelas corretoras. Segundo Bruni (2005) o valor de mercado é de aproximadamente R\$ 10,00 (dez reais). Porém assim como há corretoras que não cobram essa taxa, há corretoras que cobram um valor superior, o que reduz o retorno do investimento;
- Imposto de renda: segundo a Lei nº 11.033, de 21/12/2004, o imposto de renda sobre os ganhos auferidos no mercado de ações é de 15% (quinze por cento). Além disso, estão isentos os rendimentos auferidos para as alienações de valor igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- Imposto sobre operações financeiras – IOF: não há incidência de IOF nas transações envolvendo ações.

Derivativos

Assim como se pode investir em ações, há a possibilidade em adquirir opções de compra e venda de uma ação. O CVM (2008) define derivativo como “ativos financeiros que derivam, integral ou parcialmente, do valor ativo financeiro ou mercadoria”. Como derivativos, pode-se citar: o mercado futuro, mercado a termo, mercado de opções e mercado swap. Todos negociados na Bolsa de Mercados & Futuros – BM&F, que assim como a Bovespa, tem o objetivo de organizar o mercado de negociações, porém específicos de derivativos.

Este é um mercado que requer um conhecimento mais aprofundado do mercado financeiro para investir, uma vez que a alavancagem nas operações são, geralmente, bastante elevadas. O que pode resultar em grandes lucros ou prejuízos ao investidor.

3 ELEMENTOS NAS OPÇÕES DE INVESTIMENTO

No presente capítulo serão apresentados os elementos a serem analisados nas opções de investimento para a pessoa física. É importante que se respondam algumas perguntas antes de investir, de forma dar maior clareza quanto ao investimento. Será realizada uma simulação com os principais indicadores do mercado financeiro, de forma a mostrar os pontos fortes e fracos, pois servem de base para os investimentos citados neste trabalho. Além disso, serão delineados alguns princípios que auxiliam a maximização de desempenho aliado a minimização dos riscos.

3.1 Reflexões antes de investir

Antes de começar a investir o poupador deve refletir sobre algumas questões fundamentais para o investimento, pois isso permite que não se perca o foco do investimento, ou seja, o porquê se está investindo.

- **Qual o objetivo principal do investimento?** Deve-se definir para que o investidor esteja investindo. Achar qual a razão de deixar de consumir no presente para consumir no futuro. Esse questionamento é o mais importante, pois se o objetivo estabelecido for bastante claro, evitará constantes mudanças de estratégia, o que facilita, e muito, o trabalho do investidor;

- **Quanto de recursos pretende destinar para o investimento?** É de suma importância saber o quanto de recursos disponíveis o investidor, pois isso influenciará no prazo para alcançar o objetivo de investimento;

- **Qual é a tolerância ao risco?** Saber como realmente o investidor se sente ao visualizar seus investimentos oscilando é muito importante. Há pessoas que sofre muito com as oscilações, como há também pessoas que ficam indiferentes, que já estão acostumadas com o mercado. Isso

definirá qual o percentual de recursos será destinado a investimento de renda fixa e renda variável;

- **Qual o prazo do investimento?** Com o objetivo e o montante de recursos e a tolerância ao risco definido, fica mais fácil saber qual o prazo do investimento, se é de curto, médio ou longo prazo.

Vale ressaltar que as respostas aos questionamentos devem ser bastante realistas, de forma a evidenciar a real situação do investidor. Saber que o objetivo a ser alcançado tem forte relação com o montante de recursos disponíveis, a tolerância ao risco e ao prazo de investimento, ou seja, estão entrelaçados.

3.2 Simulação de investimentos

A simulação visa apresentar a evolução dos principais indicadores do mercado financeiro brasileiro, além de mostrar a importância do investimento no longo prazo de tempo.

Após responder as questões citadas acima, o investidor terá uma visão mais clara do que poderá investir seus recursos financeiros.

Abaixo seguem as simulações com os principais indicadores dos investimentos de renda fixa e renda variável:

3.2.1 Investimentos de renda fixa

Sugere-se quando o prazo para alcançar o objetivo for de curto prazo, ou seja, de até um ano. Como por exemplo, a compra de um determinado bem. Uma opção é a aquisição de Títulos Públicos, através do Tesouro Direto, onde podem ser adquiridas através dos agentes de custódia devidamente autorizadas pelo tesouro nacional. Além de possuir uma das taxas mais baixas do mercado, possuem liquidez alta, aliada a um risco muito baixo, pois o governo que é o seu devedor.

Lembrando que há agentes de custódia que não cobram a taxa de custódia, de forma a atrair os investidores para outras opções de investimento.

A seguir, é apresentada uma tabela comparativa com as taxas dos agentes custodiantes, onde mostra a influência das taxas cobradas no retorno líquido do investimento.

Tabela 3: Tabela comparativa de taxas dos custodiantes

Agentes	Banif	Banco do Brasil	Bradesco
Investimento	300,00	300,00	300,00
Retorno no período	11,25%	11,25%	11,25%
Tx Custodia CBLC	0,40%	0,40%	0,40%
Tx Custodia Agente	0,00%	0,50%	4,00%
Retorno antes do IR	32,55	31,05	20,55
IR (15%)	15,00%	15,00%	15,00%
Retorno líquido	27,67	26,39	17,47
Retorno %	9,22%	8,80%	5,82%

Fonte: Adaptado de Banif (2008), Banco do Brasil (2008) e Bradesco (2008)

No tesouro direto é possível encontrar as instituições financeiras cadastradas, inclusive com um ranking de taxas cobradas.

A seguir é apresentada uma simulação com os principais indicadores de desempenho os títulos públicos no período de fevereiro de 1998 a janeiro de 2008. O valor investido é de R\$12.000,00 (doze mil reais) de uma única vez, com uma taxa de 0,40% de custódia e de 0,50% de taxa do custodiante. Sendo que este último poderá ser reduzido, ou até mesmo, eliminado dos custos envolvidos no investimento.

O valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) é um valor hipotético, sendo escolhido apenas como exemplo de simulação.

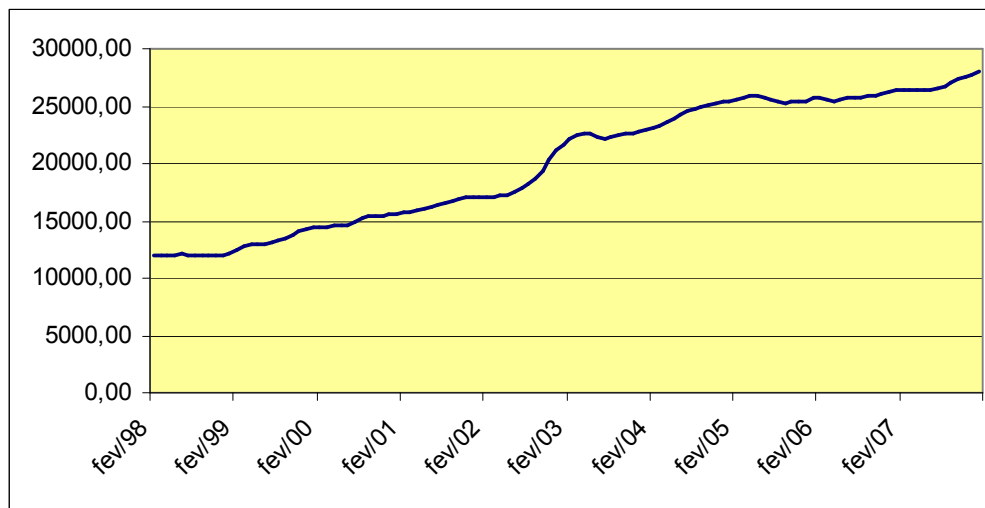


Figura 1: Evolução de investimento com base no IGP-M

Como se pode observar, com um investimento de R\$ 12.000,00, realizado em fevereiro de 1998 em um título do tesouro direto, gerou um valor acumulado de R\$ 27.991,13, o que representa uma rentabilidade de 0,79% ao mês. O desvio padrão desse investimento foi de 0,95%, ou seja, representa a dispersão em torno da média.

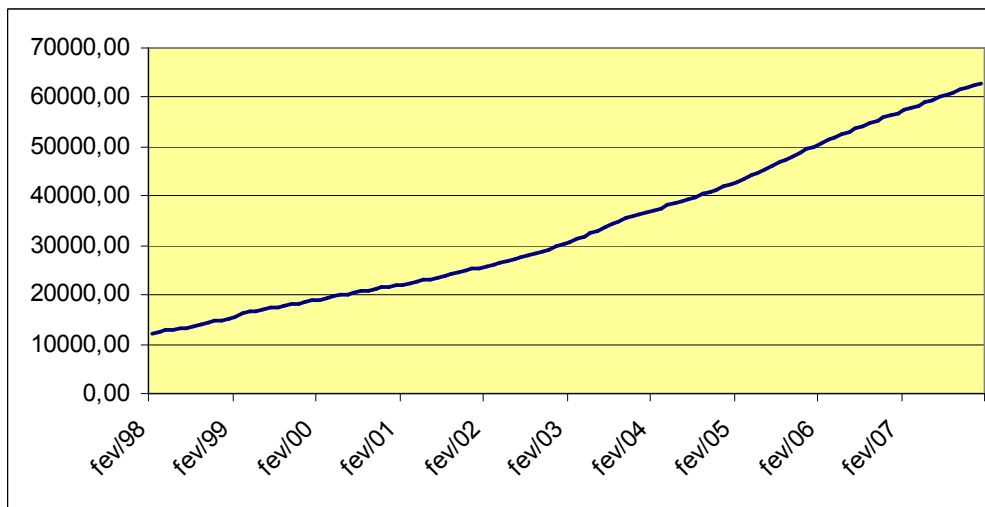


Figura 2: Evolução de investimentos com base na taxa Selic

Uma aplicação que tem como referencial a taxa selic apresentou um valor acumulado de R\$ 62.931,51, com uma rentabilidade mensal de 1,47%. O desvio padrão desse investimento foi de 0,42%, valor considerado baixo, considerando a rentabilidade obtida.

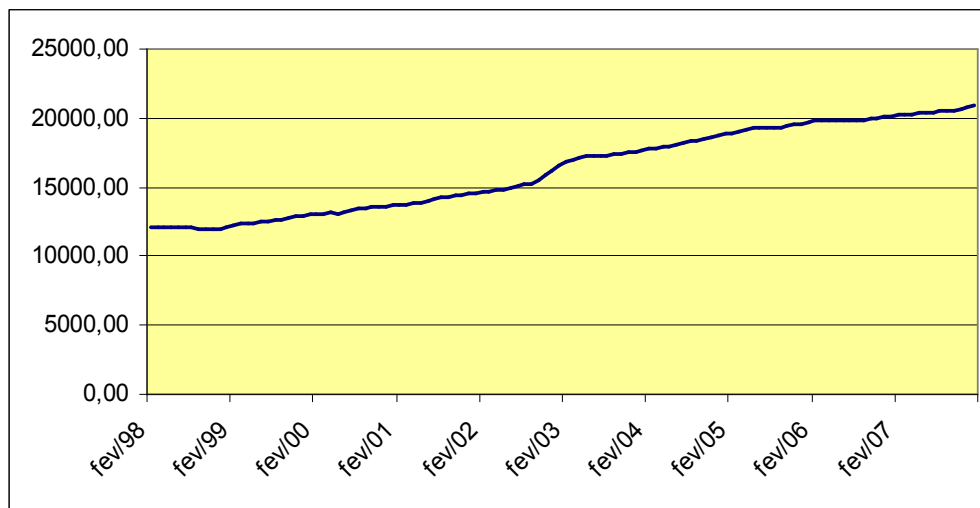


Figura 3: Evolução de investimento com base no IPCA

Como é possível visualizar, com um investimento atrelado ao índice IPCA, gerou um valor acumulado de R\$ 20.866,63, o que representa uma rentabilidade de 0,54% ao mês e uma dispersão em relação à média no valor de 0,48%.

Tanto o IGP-M quanto a Selic, apresentaram retornos acima dos obtidos pelo IPCA neste período, 9,87% médio ao ano para o IGP-M e 19,08% para a selic, já o IPCA, ficou um pouco abaixo com 6,65% médio ao ano. Mesmo assim são opções de investimento que não deixam seu dinheiro perder a poder aquisitivo. Além disso, possuem um risco baixo, dado o desvio padrão de 0,95% para o IGP-M, 0,42% para a Selic e 0,48% para o IPCA. Destaca-se uma maior consistência da taxa selic, devido ao seu retorno aliado ao baixo risco.

Para efeito de comparação, abaixo segue uma simulação de investimento na poupança utilizando o mesmo período de tempo.

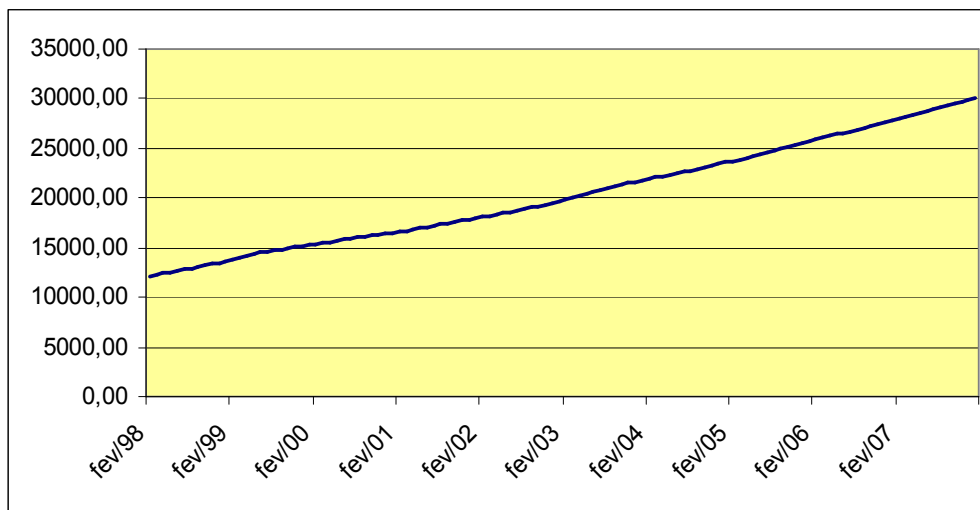


Figura 4: Evolução de investimento com base na poupança

A poupança obteve um retorno montante no valor de R\$ 30.036,74 e um retorno médio de 0,77% ao mês e um desvio padrão de 0,19%, algo muito abaixo em relação às outras opções do mercado financeiro.

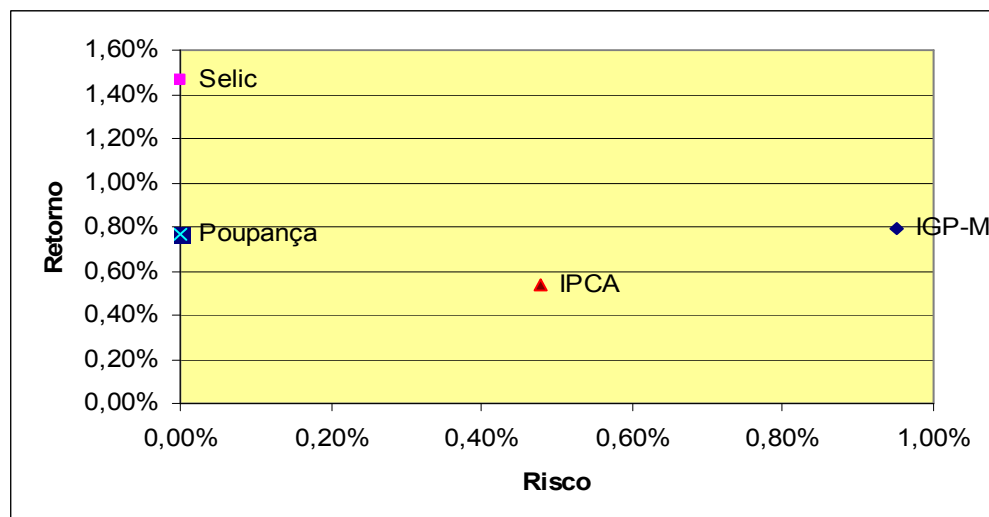


Figura 5: Comparativo de risco e retorno de investimento em renda fixa

A figura 5 mostra que tanto a taxa Selic quanto a poupança possuem risco zero, pois garantem uma rentabilidade mínima. Além disso, um investimento baseado na taxa Selic no período simulado apresentou a melhor relação risco e retorno, a poupança se destaca pelo fato de não haver risco e o IGP-M pelo maior risco. O IPCA apresentou a menor rentabilidade.

Cabe ressaltar que a simulação não tem somente o objetivo de apresentar qual opção de investimento obteve o melhor retorno, mas também o de evidenciar a importância do investimento num longo prazo, visando a uma maior acumulação de recursos ao longo dos anos. A recomendação é que antes de aplicar o dinheiro, o investidor verifique a rentabilidade de cada opção de título público nos últimos períodos no sítio eletrônico do Tesouro Direto.

3.2.2 Investimentos de renda variável

Para os investimentos cujo objetivo de retorno se dá em um prazo superior a cinco anos, sugere-se investir uma parte do capital em renda fixa e outra parte em renda variável.

Macedo Jr. (2007) defende o uso da regra dos 70, na qual subtraia 70 menos a idade do investidor. Por exemplo: investidor com 25 anos de idade, logo $70-25=45$. Então 45% dos recursos disponíveis para investir devem ser aplicados em renda variável e o restante, ou seja, 55% em renda fixa. Já Halfeld (2005) defende a regra dos 100, utilizando o mesmo exemplo obtêm-se $100-25=75$. Então 75% dos recursos disponíveis devem ser aplicados em renda variável 25% em renda fixa.

De certa forma não há uma única regra correta, pois tudo depende do perfil do investidor e de qual o prazo de investimento, ou seja, quanto tempo falta para alcançar os objetivos desejados. Para os mais conservadores e para os que não tenham muitos anos para se recuperar de uma eventual perda nos investimentos, sugere-se utilizar a regra dos 70.

Já para os investidores menos conservadores e para aqueles que disponham de um prazo maior, alguém que tenha o objetivo de investir para a aposentadoria, geralmente com um prazo de vinte e cinco anos ou mais, por exemplo, sugere-se o uso da regra dos 100. Pois este investidor dispõe de mais tempo para se recuperar de uma eventual perda. Além disso, atualmente há opções de investimento em renda variável que já diversificam a sua carteira, como o investimento na Bovespa Holding e o PIBB, por exemplo.

Apesar de ser considerado um investimento bastante rentável, deve-se tomar cuidado com as taxas de corretagens e de custódia cobrados pelas corretoras

de valores, pois como será apresentado a seguir, pode apresentar diferenças significativas. Abaixo segue uma tabela com a simulação de taxas de corretagem e custódia do mercado de ações.

Tabela 4: Tabela comparativa de taxas de corretagem

Corretoras	Banif	Banco do Brasil	Intra	Banif	Banco do Brasil	Intra
Investimento	12.000,00	12.000,00	12.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Tx Corretagem	0,00%	0,00%	0,50%	0,00%	0,00%	1,00%
Tx Corretagem Fixo	15,99	20,00	25,21	15,99	20,00	10,06
Corretagem total	15,99	20,00	85,21	15,99	20,00	40,06
Investimento líquido	11.984,01	11.980,00	11.914,79	2.984,01	2.980,00	2.959,94
Retorno ao ano %	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
Retorno ao ano	2.996,00	2.995,00	2.978,70	746,00	745,00	739,99
Tx Custodia ao ano	-	108,00	180,00	-	108,00	180,00
Retorno antes do IR	2.996,00	2.887,00	2.798,70	746,00	637,00	559,99
IR (15%)	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%
Retorno líquido	2.546,60	2.453,95	2.378,89	634,10	541,45	475,99
Retorno %	21,22%	20,45%	19,82%	21,14%	18,05%	15,87%

Fonte: Adaptado de Banif, Banco do Brasil e Intra (2008)

Como se pode notar, dependendo do capital investido, o investimento pode sofrer uma redução de um pouco mais de 5% (cinco por cento) ao ano. O que no longo prazo pode resultar em uma significativa perda de dinheiro.

Outra dúvida é em relação à opção de investimento diretamente na bolsa, através de uma corretora ou o investimento em um fundo de investimento.

A seguir é apresentada uma tabela com o ponto de equilíbrio dos custos envolvidos com o investimento, considerando que o fundo de investimento cobra uma taxa de administração de 1,5% (um e meio por cento) e que as taxas de desempenho dos investimentos sejam iguais.

Tabela 5: Tabela comparativa de custos em investimentos

Instituições	Caso 1		Caso 2		Caso 3	
	Banif	BB Ações PIBB	Banco do Brasil	BB Ações PIBB	Intra	BB Ações PIBB
Investimento	1.066,00	1.066,00	8.533,00	8.533,00	20.521,00	20.521,00
Taxa Adm ao ano		1,50%		1,50%		1,50%
Corretagem Total	15,99	-	20,00	-	127,82	-
Custodia ao ano	-	-	108,00	-	180,00	-
Custo total	15,99	15,99	128,00	128,00	307,82	307,82

Fonte: Adaptado de Banif, Banco do Brasil e Intra (2008)

A tabela 5 mostra no caso 1 que para uma corretora que cobra somente uma corretagem fixa, por operação, no valor de R\$15,99 (quinze reais e noventa e nove centavos), obtêm-se o ponto de equilíbrio na faixa de R\$1.066,00 (um mil e sessenta e seis reais), se o valor do investimento for abaixo deste, os custos do fundo de investimento serão menores.

No caso 2, para uma corretora que cobra uma corretagem também fixa no valor de R\$20,00 (vinte reais) e taxa de custódia no valor de R\$9,00 (nove reais) ao mês, ou seja, R\$108,00 (cento e oito reais) ao ano, o ponto de equilíbrio fica na faixa dos R\$8.533,00 (oito mil, quinhentos e trinta e três reais), se o investimento for um valor abaixo deste, os custos do fundo serão menores.

No caso 3, onde uma corretora que cobra a taxa de corretagem pela tabela da Bovespa e uma taxa de custódia mensal no valor de R\$15,00 (quinze reais), o ponto de equilíbrio fica em torno de R\$20.521,00 (vinte mil, quinhentos e vinte e um reais). Neste caso, o custo de investimento só será menor na corretora caso seja investido um valor maior do que esse montante de recursos.

Isso mostra a importância de verificar os custos auferidos com o investimento, pois não basta somente iludir-se que o simples fato de estar investindo em ações lhe trará resultados satisfatórios.

Para tanto, será evidenciada uma simulação com três dos principais indicadores de desempenho do mercado de ações. O índice Ibovespa, indicador que corresponde mais de 80% (oitenta por cento) das negociações do mercado de ações da Bovespa, o índice IBr-X e o IBr-X50, que é uma carteira teórica com as 100 e 50 , respectivamente, ações mais líquidas da Bovespa.

Para a simulação, foi investido um valor único de R\$12.000,00, com uma corretagem de R\$15,00 fixa para cada operação, ou seja, um investimento líquido de R\$11.985,00. Teoricamente, realizado em fevereiro de 1998 até janeiro de 2008, ou seja, investimento de 120 meses. O valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) é um valor hipotético, sendo escolhido apenas como exemplo de simulação.

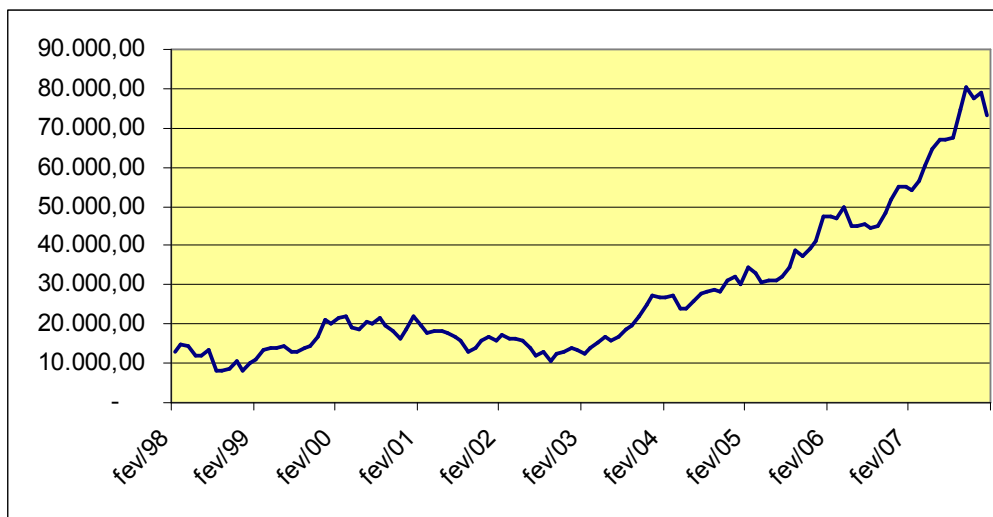


Figura 6: Evolução de investimento com base no índice Ibovespa

A simulação de investimento com base no índice Ibovespa apresentou um montante final de R\$ 73.350,87, com uma rentabilidade de 1,99% ao mês. O desvio padrão apurado no período foi de 9,50%, um risco alto, mas com uma rentabilidade também elevada.

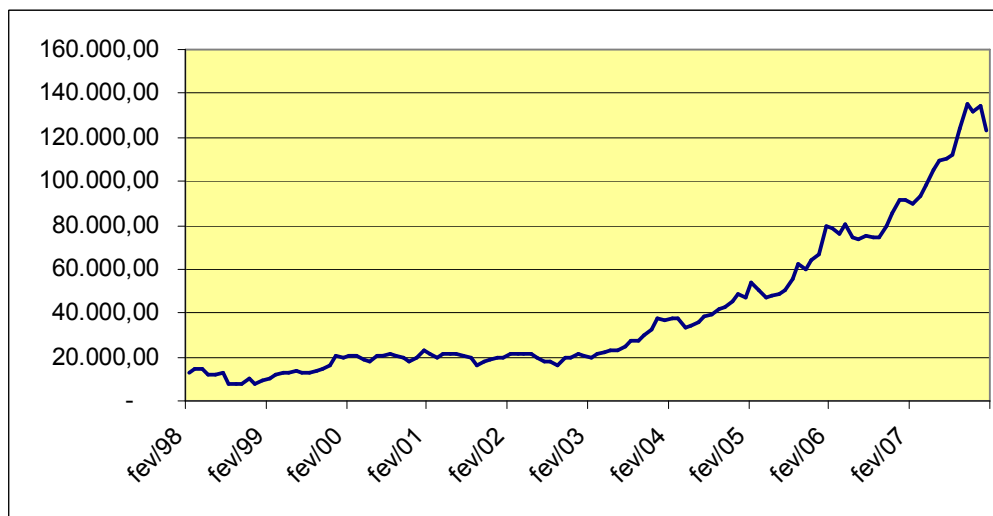


Figura 7: Evolução de investimento com base no índice IBr-X

Uma aplicação com o desempenho atrelado ao IBr-X apresentou um montante no valor de R\$ 123.043,49. Uma rentabilidade equivalente a 2,35% ao mês e um desvio padrão de 8,68%. Um desempenho muito bom, juntamente com um risco não tão elevado.

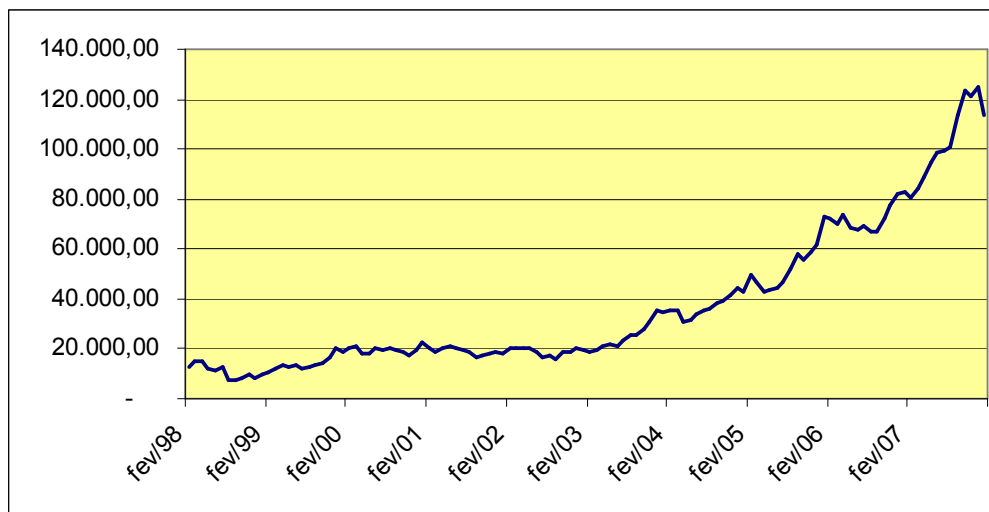


Figura 8: Evolução de investimento com base no índice IBr-X50

A simulação de um investimento com base no IBr-X50 resultou num montante de R\$ 113.560,65. Isso representa um retorno médio de 2,32% ao mês, além de um desvio padrão equivalente a 9,04%.

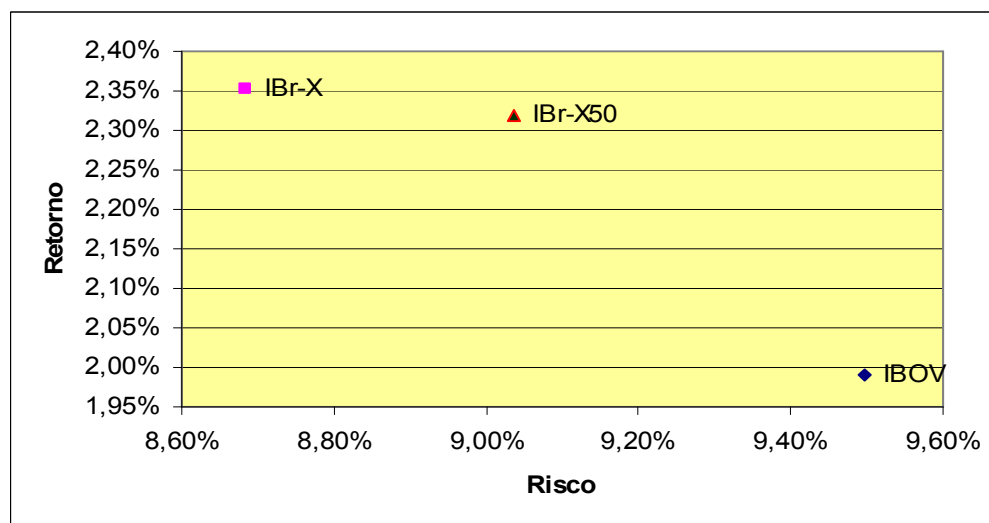


Figura 9: Comparativo de risco e retorno de investimento em renda fixa

Como observado, o índice Ibovespa destacou-se por obter o maior desvio padrão no período, além do menor retorno. Já o IBr-X obteve o menor desvio padrão, além do maior retorno.

A simulação com os indicadores do mercado de ações mostra que investir em ações geralmente se obtém retornos acima dos obtidos com investimentos em renda fixa. Porém, esses indicadores representam na verdade uma carteira teórica, neste caso, das ações mais negociadas da Bovespa, onde diversifica o investimento.

As pessoas perdem na bolsa, pois aplicam os recursos financeiros em uma ou em poucas empresas ou em um curto espaço de tempo, esperando um retorno imediato. Isso faz o investidor se submeter a um risco bastante elevado, podendo auferir em grandes lucros, como também em grandes prejuízos, caso adquira as ações em um momento não muito bom.

Sempre há a dúvida de qual o melhor momento de entrar na bolsa. Saber qual o melhor momento não é uma tarefa das mais fáceis, não é a toa que muitos especialistas estudam o mercado financeiro diariamente tentando descobrir fórmulas de sucesso de investimentos no mercado financeiro.

3.3 Princípios básicos de investimentos

A seguir são apresentados alguns princípios básicos de investimentos.

- **Investir por meio de uma instituição credenciada:** Na Bovespa consta uma relação das corretoras autorizadas a operar no mercado de ações na Bolsa de Valores de São Paulo. Avalie os custos de operação de cada corretora, pois há diferenças nas taxas cobradas por cada corretora. Verificar o atendimento recebido é importante, uma vez que sejam necessários vários contatos com a corretora ao longo do tempo de que se deseja investir. A dica aqui é a mesma como se fosse abrir uma conta bancária.
- **Investir em empresas que fazem parte do índice Ibovespa, IBr-x e IBr-x50:** Este aspecto torna-se importante, pois caso haja a necessidade ou até mesmo a vontade em se desfazer do investimento,

este deve possuir alta liquidez. As ações que fazem parte do índice Ibovespa possuem alta liquidez, o que facilita a venda da ação.

- **Investir em empresas com potencial de crescimento ou que pague elevados percentuais de dividendos:** As empresas que crescem, geralmente, obtêm uma valorização no preço da ação no mercado financeiro. Para o investidor que está construindo um patrimônio, é muito valioso investir em empresas que tenham potencial de crescimento, pois este investidor busca a valorização do seu investimento. Já o investidor que busca apenas colher os frutos do investimento, este deve dar preferência em ações que distribuem bons dividendos.
- **Investir regularmente:** Como identificar o melhor momento para adquirir ações não é uma tarefa das mais fáceis, investir constantemente valores menores torna-se uma boa alternativa, pois faz com que o investidor não sofra tanto com as oscilações dos preços do mercado. Além disso, muitas vezes é a única forma de formar um patrimônio ao longo do tempo, tendo em vista a indisponibilidade de um volume alto de dinheiro de imediato.
- **Reinvestir o montante:** Para se alcançar o objetivo mais rapidamente, essa é uma dica importante, pois ao reinvestir os ganhos obtidos, os próximos rendimentos incidirão sobre o montante acumulado. O que proporciona ao investidor um menor esforço para alcançar o objetivo ao longo do tempo.
- **Diversificar a carteira de investimentos:** Investir todos os recursos disponíveis em apenas uma ação pode trazer excelentes resultados, porém também pode resultar em grandes prejuízos. Portanto, o melhor a fazer é diversificar os investimentos, de preferência investir em empresas de ramos de atividade distintos, isso faz com que uma eventual crise seja minimizada. Atualmente, na bolsa de valores de São Paulo é possível adquirir ações que representam o índice

Ibovespa, pois em 26 de outubro de 2007 a Bovespa lançou ações no mercado financeiro, assim como a Bolsa de Mercados & Futuros – BM&F, abrindo capital em 30 de novembro de 2007. Em maio de 2008 foi aprovada a fusão entre a Bovespa e a BM&F, o que fortalece ainda mais esta opção de investimento. Outra opção é o investimento no PIBB, denominado Papéis de Índice Brasil Bovespa, criado em 2004 pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que tem por objetivo seguir o índice IBr-X50.

- **Acompanhar periodicamente os investimentos:** Assim como é importante uma análise criteriosa do investimento escolhido, o acompanhamento periódico torna-se igualmente necessário, pois caso haja alguma mudança na conjuntura econômica do mercado ou alguma mudança que beneficie alguma outra fonte de investimento, é preciso rever as estratégias. Até para saber se o investimento inicialmente escolhido está produzindo o retorno esperado. Cabe ressaltar que acompanhar periodicamente não quer dizer que seja necessário dedicar-se exclusivamente para acompanhar o investimento, pois há outras atividades mais saudáveis a fazer, do que ficar sofrendo com as oscilações do mercado financeiro.
- **Aproveitar os frutos do investimento:** Muitos especialistas de finanças destacam que o mais importante é saber aproveitar os frutos do investimento, ou seja, o tão sonhado retorno que se espera. Pois investir é deixar de consumir hoje para consumir no futuro. Portanto, quando se chegar ao objetivo, deve-se realmente aplicar os recursos obtidos no objetivo que foi proposto inicialmente com o investimento.

Em resumo, segue um quadro com os elementos a serem analisados nas opções de investimento:

PESSOAIS		
Objetivo	Definir o objetivo de investimento	
Montante de recursos	Verificar o montante de recurso disponível para investir	
Tolerância ao risco	Verificar o grau de tolerância ao risco	
Prazo	Definir o prazo de investimento	
MERCADO		
PRAZO DE INVESTIMENTO	PRODUTO	COMPARAR NO MERCADO
Curto e médio prazo	Tesouro Direto	- Taxa de administração do agente custodiante
Longo Prazo	Fundo de investimento	- Taxa de administração
	Ações	- Taxa de corretagem - Taxa de custódia
PRINCÍPIOS DE INVESTIMENTO		
Investir por meio de uma instituição credenciada		
Investir em empresas que fazem parte do índice Ibovespa, IBr-X e IBr-X50		
Investir em empresas com potencial de crescimento ou que paga bons dividendos		
Investir regularmente		
Reinvestir o montante acumulado		
Diversificar a carteira de investimentos. Distribuir entre renda fixa e renda variável		
Acompanhar periodicamente o investimento		
Aproveitar os frutos do investimento		

Quadro 1: Resumo dos elementos auxiliares na tomada de decisão

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do sonho da maioria das pessoas em ter saúde em sua vida financeira, de forma a fazer com que o dinheiro renda juros para si mesmos e obter a tão sonhada independência financeira, que possibilite ao poupador alcançar seus objetivos e manter um padrão de vida satisfatório. Este estudo apresentou os principais elementos a serem analisados nas opções de investimento financeiro para a pessoa física.

Sabe-se de antemão que não há a possibilidade de investir sem poupar algum recurso. Por isso, um bom planejamento das finanças pessoais é praticamente essencial para poder realizar investimentos, pois traz a esse indivíduo a condição necessária para poder minimizar as incertezas ao longo do período de investimento.

Primeiramente devem-se identificar os objetivos a serem alcançados, pois aquele que investe sem um objetivo delineado, provavelmente não terá um limite, irá investir sem um determinado fim. Poupar seria o segundo passo, deixar de consumir hoje para consumir no futuro.

Investir o dinheiro de forma a obter ganhos acima da inflação é o terceiro passo, para isto foram demonstradas as principais opções de investimento do mercado financeiro brasileiro. Mostrando que não há uma fórmula para ficar rico sem que haja esforço, disciplina e dedicação. Tanto para poupar, quanto para investir.

Porém, há alguns princípios que maximizam as chances de obter retornos satisfatórios, além de minimizar os riscos de investimento.

Para os investimentos de curto e médio prazo, sugere-se o investimento em renda fixa, principalmente no tesouro direto, pois é um investimento com retorno acima da inflação, baixo risco e baixo custo de operação. Para investimentos de longo prazo, sugere-se formar uma carteira de investimentos, distribuindo-os em renda fixa e renda variável, de acordo com o perfil do investidor e o horizonte de investimento, ou seja, quanto tempo se tem para alcançar o objetivo desejado.

No caso dos investimentos em renda variável, há opções na qual o investidor já diversifica os investimentos com a aquisição de uma ação, caso das ações da Bovespa e BM&F e PIBB, investimentos com retornos acima dos obtidos com investimentos em renda fixa. Porém, deve-se ficar atento aos custos envolvidos nas operações de compra e venda. Como foi visto na simulação dos custos, tanto

para a compra direta de ações como para a aquisição de cotas de fundos de investimento.

Portanto, defina o objetivo de investimento, invista em instituições credenciadas, tanto do tesouro nacional quanto da Bovespa, invista regularmente, diversifique os investimentos, reinvesta tudo, acompanhe periodicamente o desempenho do investimento e, principalmente, aproveite os frutos colhidos, pois pior do que não cuidar do dinheiro é viver em função dele. Saiba que o dinheiro não é tudo, é apenas um meio para se viver bem.

Finanças pessoais e investimentos são assuntos que devem ser tratados desde o ensino básico escolar, pois são temas de tamanha importância para todas as faixas etárias.

Sugere-se que sejam elaborados mais estudos sobre investimentos para a pessoa física, de forma a aprofundar o conhecimento de algumas opções de investimentos, principalmente do mercado de derivativos, que possui grande alavancagem financeira.

REFERÊNCIAS

ANBID. **Portal de Educação Financeira da Anbid**. Disponível em: <<http://www.comoinvestir.com.br>>. Acesso em: 3 março de 2008.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BANCO DO BRASIL. **Investimentos**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>>. Acesso em: 20 abril de 2008.

BANIF. Disponível em: <<http://www.banifinvest.com.br>>. Acesso em: 10 março de 2008.

BAIMA, Francisco de Resende. **Análise de desempenho dos investimentos dos fundos de pensão no Brasil**. 1998. 97 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

BERNSTEIN, Peter L. **Desafio aos deuses: a fascinante historia do risco**. 8. ed Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOVESPA. **Corretoras**. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/Corretoras/FuncaoCorretoras.asp>>. Acesso em: 5 março de 2008.

BOVESPA. **Mercado**. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/Mercado/RendaVariavel/Indices/FormConsultaIndicesP.asp>>. Acesso em: 5 março de 2008.

BRADESCO. **Investimentos**. Disponível em: <<http://www.bradesco.com.br>>. Acesso em: 14 março de 2008.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 109 de 29 de maio de 2001**. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá Outras Providências.

BRASIL. **Lei nº. 11.033 de 21 de dezembro de 2004**. Altera a Tributação do Mercado Financeiro e de Capitais.

BRUNI, Adriano Leal. **Mercados financeiros: para a certificação profissional ANBID 10**. São Paulo: Atlas, 2005.

CVM. **Comissão de Valores Mobiliários**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 5 março de 2008.

CVM. **Portal do Investidor**. Disponível em: <<http://www.portaldoinvestidor.gov.br/Investidor/Ondeinvestir/MercadosFuturoseDerivativos/tabid/173/Default.aspx>>. Acesso em: 5 março de 2008.

CVM. **Portal do Investidor**. Disponível em: <<http://www.portaldoinvestidor.gov.br/academico/entendendoomercadodevaloresmobiliarios/oqueebolsadevalores/tabid/92/default.aspx>>. Acesso em: 5 março de 2008.

CVM. **Instrução CVM nº. 40, 7 de novembro de 1984**. Dispõe sobre a Constituição de funcionamento de Clubes de Investimento.

CVM. **Instrução CVM nº. 224, 20 de dezembro de 1994**. Altera disposições na Instrução CVM nº. 40, de 7 de novembro de 1984.

CVM. **Instrução CVM nº. 409, 18 de agosto de 2004.** Dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.

CVM. **Instrução CVM nº. 411, 26 de novembro de 2004.** Altera disposições na Instrução CVM nº. 409, de 18 de agosto de 2004.

DEBASTIANI, Nelson César. **Aplicação do FGTS em fundos de privatização:** um estudo de caso. 2004. 74 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Monografia) – curso de ciências contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

FONSECA, Eduardo Giannetti. **O Valor do Amanhã.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

EVANGELISTA, Mário Luiz Santos. **Estudo comparativo de análise de investimentos em projetos entre o método vpl e o de opções reais:** o caso cooperativa de crédito – sicredi noroeste. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro.** 11. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

GIDDNES, Anthony. **Mundo em descontrole.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira.** 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002.

HALFELD, Mauro. **Investimentos:** como administrar melhor seu dinheiro. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2005.

HOLANDA, Nilson. **Planejamento e projetos:** uma introdução às técnicas de planejamento e elaboração de projetos. 3. ed. Rio de Janeiro: APEC, 1977.

INTRA. Disponível em: <<http://www.intra.com.br>>. Acesso em: 25 abril de 2008.

IPEA. Diagnóstico da previdência social no Brasil: o que foi feito e o que falta reformar. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.34, n.3, dez. 2004. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/73/47>>. Acesso em 15 julho de 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; PEREIRA, Elias. **Dicionário de termos de contabilidade.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro:** guia para cultivar a sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MARTINS, Eliseu; ASSAF NETO, Alexandre. **Administração financeira:** as finanças das empresas sob condições inflacionárias. São Paulo: Atlas, 1985.

MINC, Alain. **As vantagens da globalização.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Conselho monetário nacional**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/orgaos/cmn/cmn.asp>>. Acesso em: 5 maio de 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, Jose Augusto de Souza. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1977.

TESOURO NACIONAL. **Tesouro Direto**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 10 fevereiro de 2008.

WILDNER, Leonardo Faria. **Alternativas de investimentos financeiros em renda fixa**: um guia para micro e pequenas empresas. 2007. 95 f. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração) – curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.